

## RESENHAS

ANSELL-PEARSON, Keith. *Nietzsche Contra Rousseau: a Study of Nietzsche's Moral Political Thought*. Cambridge, Cambridge University Press, 1996. (ISBN: 0521 575 699; *paperback*: US\$ 18,95; *hardcover* (publicado em 1992): US\$ 59,95).

# NIETZSCHE COMO PENSADOR POLÍTICO

Oswaldo Giacoia Junior  
Universidade Estadual de Campinas

Keith Ansell-Pearson é um autor que decididamente se propõe a examinar, de modo aprofundado, um tema ao qual tem sido concedido, na assim chamada *Nietzsche-Forschung* atual, muita tinta e atenção, qual seja: apreciar a adequação, coerência e consistência teórica e prática da filosofia política de Friedrich Nietzsche. Essa tendência, já consideravelmente pronunciada entre especialistas alemães, italianos e franceses nas últimas décadas, também se faz notar entre comentaristas ligados à tradição anglo-saxônica, da qual Ansell-Pearson é um exemplo exponencial. Seu livro *Nietzsche Contra Rousseau: a Study of Nietzsche's Moral Political Thought*, publicado pela Cambridge University Press em 1991, constitui-se numa tentativa meritória e bem sucedida de efetuar um exame filosófico abrangente e fundamentado dos importantes desdobramentos políticos da reflexão nietzscheana sobre a moral e a cultura ocidentais. Tentativa prosseguida pelo autor, em 1994, quando publica, pelo mesmo editor, seu *An Introduction to Nietzsche As Political Thinker*, recentemente traduzido para o português.

Poder-se-ia resumir, em linhas muito gerais, o empreendimento de Ansell-Pearson mostrando como seu principal interesse consiste em revelar como e porque a vertente filosófico-política não é meramente uma estridência irrelevante, uma aberração idiossincrática, alheia ao 'verdadeiro' núcleo ético da genealogia nietzscheana, mas constitui um desdobramento incontornável do pensamento de Nietzsche a respeito do destino do processo civilizatório ocidental, que é o modo próprio como essa filosofia articula e aprofunda a reflexão sobre as relações entre o tempo e a história. Na medida em que, para Nietzsche, a história não se deixa mais apreender como drama moral, como marcha de Deus no universo ou realização do reino dos fins, e sim como decadência e corrupção, é a partir do problema da história que se pode apontar um vínculo essencial entre Nietzsche e Jean-Jacques Rousseau, uma referência filosófica significativa, tão ambivalente como fundamental, *contra* a qual se deixa compreender, em seu *proprium et ipsissimum* a crítica nietzscheana da modernidade política.

*Nietzsche Contra Rousseau: a Study of Nietzsche's Moral Political Thought* é um livro extremamente bem balanceado, tanto do ponto de vista de seus resultados filosóficos principais, quanto de organização material. No primeiro capítulo, num périplo pelo conjunto da obra de Nietzsche que vai de *O nascimento da tragédia* aos derradeiros escritos do filósofo, Ansell-Pearson demonstra que a referência a Rousseau, no interior da crítica da cultura formulada por Nietzsche, não é, de modo algum, episódica ou acidental. Para o autor, se é verdade, por um lado, que o essencial do empreendimento filosófico de Nietzsche transcorre em seu esforço para apreender a gênese e o sentido do processo decadencial que conduz ao esgotamento as supremas referências axiológicas da cultura no Ocidente — processo esse determinado pela funesta lógica do niilismo vindo à tona como experiência cultural subsequente ao anúncio da *morte de Deus*, uma vivência coletiva do vazio, do nada, da completa ausência de resposta para a pergunta pelo sentido da existência —; não é menos verdade, por outro lado, que a polêmica com Rousseau constitui um dos âmbitos mais significativos dessa genealogia, na medida em que Rousseau é inscrito, por Nietzsche, numa linha de perfeita continuidade *destinamental* com os avatares desse processo decadencial e de seu aprofundamento.

A esse respeito, é importante notar um dos aspectos privilegiados por Ansell-Pearson, em estrita fidelidade como empreendimento de Nietzsche: sua tentativa de explicitar o modo como a modernidade política é tributária do discurso rousseauista, como o pensamento ético-político de Rousseau é seminal para as "idéias modernas", na medida em que ele se deixa apreender como a secularização filosófica, a mundanização (*Verweltlichung*) de elementos religiosos, originariamente revolucionários, presentes no cristianismo primitivo e na reforma protestante, conteúdos éticos que não apenas fazem fatidicamente sua emergência no mundo moderno, mas efetivamente o constituem no plano político e cultural; trata-se aqui da realização sócio-histórica do princípio

filosófico dos direitos da subjetividade, da reivindicação por justiça, liberdade individual, igualdade e legitimação da autoridade política, em sua versão especificamente moderna, cuja expressão paradigmática ocorre com a revolução francesa, o socialismo e o anarquismo — esses desdobramentos epocais da lógica niilista. O acurado trabalho hermenêutico de Ansell-Pearson nos mostra, então, de modo perfeitamente convincente, que esta mesma preocupação é comum a Rousseau e Nietzsche: apreender o complexo de causas que determinam a corrupção e a decadência do homem moderno a partir de uma reflexão genética e também pedagógica, que recupere o sentido do processo civilizatório pelo qual o homem instintivo se transforma em indivíduo moral e politicamente soberano. Ansell-Pearson nos revela também como, em ambos os pensadores, tal genealogia da cultura não se deixa constituir senão sobre a base de uma profunda meditação sobre a natureza do tempo e da história, onde o empreendimento filosófico nietzscheano se determina como completa inversão da solução apresentada por Rousseau.

Tendo realizado a articulação teórica que determina o horizonte do livro, Ansell-Pearson dedica dois capítulos a uma consistente exposição do pensamento ético-político de Rousseau, baseada principalmente numa interpretação do *Discurso sobre a origem da desigualdade* e *Do Contrato Social*, numa exegese feita em torno das noções de bondade originária da natureza humana e de vontade geral. O objetivo estratégico aqui — além de recolocar em seu verdadeiro patamar de complexidade noções que uma leitura nem sempre rigorosa feita por Nietzsche acaba por mal-entender — é mostrar que a originalidade de Rousseau, enquanto filósofo político, consiste na maneira genuinamente moderna como ele coloca o problema da legitimação da autoridade política a partir da vontade autônoma de indivíduos livres e iguais. Dedicando a Nietzsche idêntico número de capítulos, Ansell-Pearson apresenta sua interpretação original e instigante do pensamento desse filósofo, sobretudo centrada em *Assim falou Zaratustra* e *Para a Genealogia da Moral*. Neles o autor revela a vinculação orgânica, poder-se-ia mesmo dizer sistemática, entre as noções de vontade de poder, vida, auto-superação (*Selbstüberwindung*) e além-do-homem (*Übermensch*), demonstrando como o ‘pensamento abissal’ de Nietzsche — o eterno retorno do mesmo — constitui, de fato, seu pensamento fundamental, o centro de gravidade de sua meditação sobre o tempo e a história: é por seu intermédio que o conceito de vontade de poder — ‘essência’ da vida interpretada como auto-superação (*Selbstüberwindung*) permanente — e a ‘doutrina’ do além-do-homem se deixam apreender num todo articulado e coerente.

Aqui caberia uma observação a respeito do método de interpretação de Ansell-Pearson: seu trabalho hermenêutico não toma por regra a observância de estrita fidelidade à cronologia dos escritos de Nietzsche e Rousseau — como predominantemente se faz, por exemplo, na atual exegese alemã —; nem se articula a partir de interpretações globais, centradas em noções fundamentais como multiplicidade, ativo e reativo etc., que são pouco afeitas à estrita observância da sucessão cronológica das obras e dos póstumos — tal é o caso, por exemplo, das interpretações seminais de G. Deleuze. Sua interpretação se constitui, por assim dizer, a meio caminho entre tais tendências: ela nos exhibe uma interpretação de conjunto do pensamento de Rousseau e de Nietzsche, sobretudo a partir da eleição de um conjunto restrito de escritos fundamentais, mas que não deixa de fazer referência a contextos teóricos marcados pela temporalidade interna da gestação da obra.

A partir desse pano de fundo, *Nietzsche Contra Rousseau* mostra a seus leitores que se, por um lado, Nietzsche jamais efetuou uma leitura cuidadosa e sutil dos escritos de Rousseau — o que lhe teria permitido apreender a complexidade, a profundidade dos *insights*, mas também dos paradoxos em que se enreda o pensamento político de Rousseau —, por outro lado, é contra aquilo que interpretava como sentimentalismo, como otimismo ingênuo e igualitarismo democrático de Rousseau que se articula a alternativa “extemporânea” proposta por Nietzsche em termos de uma nova aristocracia, gestora de um maquiavelismo político que se vale do uso controlado da violência, da dissimulação, da dominação social, como meios pedagógicos para modelar uma forma superior do ‘tipo homem’: o além-do-homem. Ansell-Pearson nos mostra, então como Rousseau é tomado por Nietzsche enquanto arauto filosófico do “último homem”, figura prototípica das antinomias da modernidade política. Nela se corporifica o ideal liberal-burguês de felicidade, rebaixada a mesquinho sinônimo de conforto e tranquilidade para o maior número possível, de igualdade entendida como nivelamento, uniformização, que coloca um suposto ‘rebanho autônomo’ à disposição de uma tirânica e velada vontade de poder — ocultando-se para si mesma sob o manto da renúncia e da compaixão —, transformando todos os ‘iguais’ em engrenagens igualmente substituíveis na maquinaria dos rendimentos máximos. Como contra-ideal e contra-movimento, Zaratustra porta o anúncio do além-do-homem, essa figura da auto-superação, da supra-sunção da humanidade, sua sublimação num tipo superior, para o qual o ‘último homem’ não é senão ponte e passagem.

Nesse ponto, nenhuma resenha se justificaria se deixasse de lado a magnífica interpretação que Ansell-

Pearson nos oferece de *Assim falou Zaratustra*. Num verdadeiro *tour de force* que se diferencia da tendência generalizada a desvincular essa obra da filosofia política de Nietzsche, Ansell-Pearson nos conduz ao âmago das *Einsichten* (*insights*), mas também das aporias do pensamento ético-político nietzscheano, justamente tomando como ponto de partida o *ocaso* (*Untergang*) de Zaratustra. Por meio dessa interpretação — que definitivamente supera as desgastadas acusações de proto-facismo — tomamos conhecimento de que o além-do-homem anunciado por Zaratustra em contraposição ao tipo cultural do ‘último homem’ *não* é a besta louca, o bárbaro germânico, nem a nostalgia pelo herói homérico, mas todo aquele que passou pela *experimentum crucis* do eterno retorno: todo aquele que foi capaz de tomar consciência e afirmar a fusão entre o instante e a eternidade implicada nesse pensamento de que cada momento, cada um dos nossos atos, deve ser vivido tão radical e integralmente que possamos querer que ele eternamente retorne; como se cada um dos nossos atos, assumidos e integrados no elemento de nossa vontade, marcasse eternamente o curso de nossas vidas, redimindo-a de seu isolamento atomizado e integrando-a no curso do universo, na harmônica totalidade de um estilo singular. Pois essa é a lição fundamental do eterno retorno do mesmo: aquilo que retorna não é o conteúdo literal dos instantes de nossa vida, dos momentos do passado; o que retorna, o que é afirmado no eterno retorno é a essência do tempo e do passar do tempo, isto é, a instantaneidade do instante; nesse sentido, o instante é a revelação da natureza e da essência do tempo: o passar, o escoar, o vir a ser, a fuga de si, a impermanência.

Afirmar o instante é celebrar a essência trânsfuga do tempo, sendo, portanto, um gesto totalmente diferente de se manter vinculado ao passado petrificado, congelado, cujo conteúdo se repetiria, eternamente idêntico a si mesmo. Afirmar o instante é afirmar o eterno retorno da forma fundamental do tempo: seu transcorrer. Por isso, o pensamento do eterno retorno implica no verdadeiro oposto da condenação ao passado; ele abre uma perspectiva de futuro, por intermédio de um *querer criativo*, da vontade libertadora, de que cada ação singular — de que cada instante — é selada com a marca da eternidade: assim foi porque assim o quis, assim eternamente deverá ser. Essa constitui a única e verdadeira redenção da humanidade, a libertação da vontade prisioneira da vingança contra sua impotência suprema: o rancor voltado contra o tempo, contra o passar do tempo, contra a impossibilidade de querer o passado.

O problema reside, para Ansell-Pearson, na tradução política do além-do-homem e do eterno retorno. É aqui que nosso autor retoma, em toda sua complexa extensão, a contraposição entre Nietzsche e Rousseau como pensadores exponenciais das antinomias que marcam a modernidade política, como filósofos cuja reflexão penetrou em suas profundezas mais abissais, nos seus dilemas mais inextricáveis. Se Rousseau se perfila como o teórico *par excellence* da política moderna, na medida em que foi capaz de apreender e formular, em toda sua magnitude, a *questão* da legitimação do poder, a filosofia política de Nietzsche, justamente *contra* Rousseau, se apresenta como um esforço paradoxal para elidir a questão da possibilidade da legitimação, ou da necessidade de justificação da autoridade política. Se a realização ética suprema da filosofia de Nietzsche brota da heróica aceitação, da afirmação incondicional da inexorável fluidez do tempo, sua transposição política — em termos daquilo que Nietzsche denomina *Grande Política* — torna inevitável a instituição de uma aristocracia política dos “fortes”, incapaz de se legitimar senão mediante recurso a um maquiavelismo da força, da astúcia, da ‘mentira sagrada’, a uma compreensão estetizante da política, que não pode pensar a organização jurídica da totalidade social senão como meio para a auto-superação do ‘tipo homem’.

E, contudo, para Ansell-Pearson, trata-se aqui muito menos de um saudosismo arcaizante do que de uma reversão do contrato social de Rousseau, postulado como único modo possível de legitimar o poder político no mundo moderno. Isso porque também Nietzsche foi capaz de apreender, com sua *grande política*, um dos fenômenos mais inquietantes do mundo contemporâneo: nela não se trata meramente de uma prefiguração da política fascista, totalitária. A tragédia do gênio político de Nietzsche teria consistido em ter visto, mais claramente do que qualquer outro pensador moderno, que a modernidade seria a era das guerras mundiais, da política dominada pela batalha ideológica, que os próximos séculos trariam inevitavelmente consigo a luta pela dominação do universo, aquilo que, em termos de Nietzsche, se poderia denominar como “a compulsão para a grande política”.

É nesse contexto, portanto, que Ansell-Pearson explicita sua compreensão daquilo que constitui, ao mesmo tempo, a ambição fundamental e o dilema incontornável do pensamento ético-político de Rousseau e de Nietzsche: em ambos o que se apresenta como resultado decisivo da reflexão política sobre o destino da civilização é o de-sejo do filósofo-legislador, do tipo humano redentor do passado e da esperança futura, aquele que criará as condições culturais para, no caso de Rousseau, refundar as instituições políticas corrompidas, legitimá-las sobre a base de um autêntico contrato social, que garanta a liberdade, a igualdade e a justiça a vigorar entre indivíduos soberanos, organizados política e juridicamente num Estado que seja a mais

alta expressão dessa liberdade e soberania. Problema que, para Nietzsche, não se deixa resolver em termos de legitimação contratual do poder político, mas unicamente por meio da tirânica imposição de uma violência que não é justificável por si mesma, mas unicamente como sacrifício inexorável, como trágico resgate com que a humanidade tem que arcar para poder se elevar acima de si mesma e, desse modo, sublimar-se continuamente em sua epopéica auto-superação.

Ansell-Pearson conclui, pois, com a identificação do que entende ser a grandeza, mas também a insuficiência, de Nietzsche e de Rousseau enquanto teóricos da modernidade política: postulando uma bondade originária, pervertida e corrompida por instituições sociais iníquas e um simulacro de contrato social, Rousseau atribui à espécie humana uma moralidade natural, anterior a toda sociabilidade e, desse modo, acaba por fazer, a-historicamente, profissão de fé numa virtude que não poderia ser explicada senão como o fruto tardio da organização social. E, nesse sentido, é plenamente justificada a crítica de Nietzsche, que imputa a Rousseau superficialidade e otimismo metafísico. Quanto a Nietzsche, por sua vez, se o *amor fati* implicado no pensamento do eterno retorno atinge uma culminância ética que redime a vontade de todo rancor dirigido contra o tempo e a história, sua transposição política não se coloca à altura das próprias questões suscitadas por sua filosofia, na medida em que não é capaz de equacionar e oferecer uma solução teórica para o problema da relação entre a liberdade individual e a totalidade política juridicamente organizada no Estado. Desse modo, o pensamento ético-político de Nietzsche permanece deficitário em relação à questão da legitimação do poder e da autoridade, tal como esta se especifica no mundo moderno, a despeito da profundidade com que apreende e enuncia os seus dilemas fundamentais, na medida em que não podemos mais recorrer às modalidades tradicionais de legitimação. Razão pela qual, segundo Ansell-Pearson, o ideal resultaria de uma combinação entre Rousseau e Nietzsche, que tornasse possível a concepção de uma ordem democrática, ao mesmo tempo corajosa e apaixonada, onde a justiça asseguraria a arena de confronto e reconhecimento para que os indivíduos, fortes e fracos, possam realizar o teste social de sua vontade criadora e de sua compaixão, juntamente com a experiência da agonia e da tragédia da existência, em seu incessante esforço de auto-superação.

*Recebido para publicação em agosto de 1997.*

Oswaldo Giacoia Junior é Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

\* \* \*